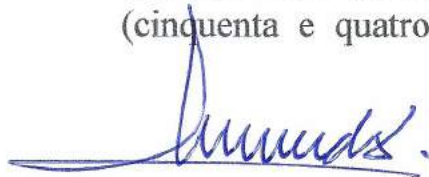


ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 2º QUADRIMESTRE DE 2018.

Aos (27) vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, no Salão do Plenário, às dez horas e quinze minutos, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador **Wanderley Taboada**, declarou aberta a presente Audiência Pública para demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do 2º quadrimestre de 2018. A seguir, passou a formar a composição da Mesa Principal, convidando as Senhoras Elaine Cristina Silva do Nascimento - Secretária de Fazenda; Ediane Rosa - Assessora Financeira da Secretaria de Fazenda e os Senhores Juarez dos Reis Borges - Contador Geral; Alcindo Fernandes - Auditor Geral; Dalmir Caetano - Secretário de Planejamento Estratégico; Fábio Alves - Controlador Geral do Município e Bruno Afonso - Coordenador de Orçamento do Município. Informou que o Presidente da Câmara, Vereador Roni Medeiros, encontra-se em um compromisso fora desta Casa. O Presidente da Audiência designou como Secretária da audiência a Senhora Janaina Marques. Explicou os procedimentos de como serão feitas todas as perguntas e respostas. A seguir, passou a palavra à Secretária de Fazenda, a Sra. **Elaine**, que agradeceu mais uma vez sua participação nesta audiência para apresentar o cumprimento das metas do 2º quadrimestre. Ela informou que o Senhor Juarez fará a demonstração das metas e no final responderá todos os questionamentos. O Presidente da audiência convidou o Senhor Ernani para fazer parte da Mesa e passou a palavra ao Contador Geral, o Senhor **Juarez**, que informou que os números são consolidados e todas as unidades gestoras fazem parte desses números, com exceção das empresas de economia mista e o serviço social autônomo. Registrou que são 27 unidades gestoras que consolidamos para produzir esse relatório. Disse que a receita arrecadada geral até o quadrimestre totalizou R\$ 745.020.551,68 (setecentos e quarenta e cinco milhões, vinte mil, quinhentos e cinquenta e um reais e sessenta e oito centavos). Contou que a previsão atualizada até agosto é de mais de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais). Destacou o ICMS com mais de R\$ 165.000.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões de reais), o FUNDEB com R\$ 98.000.000,00 (noventa e oito milhões de reais), as transferências do SUS, compreendendo Estado e União, R\$ 92.000.000,00 (noventa e dois milhões de reais), IPTU em torno de R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais) e ISS R\$ 54.000.000,00 (cinquenta e quatro milhões de reais). Registrou o percentual de cada

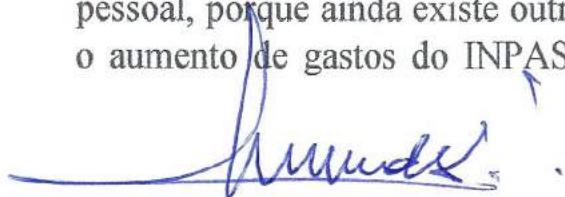


receita no total arrecadado, sendo fácil destacar o ICMS que participa com 21%, o SUS 11%, o IPTU 8%, o ISS 7% e o FUNDEB 12%, que são as maiores receitas do município, dentre outras. Ressaltou que a arrecadação dos tributos municipais ficou da seguinte maneira: IPTU com R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais), Imposto de Renda com R\$ 19.000.000,00 (dezenove milhões de reais), ITBI com R\$ 19.000.000,00 (nove milhões de reais), ISS com R\$ 54.000.000,00 (cinquenta e quatro milhões de reais) e Dívida Ativa com R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais). Disse que a despesa consolidada executada pelo município chegou ao total de R\$ 947.254.633,10 (novecentos e quarenta e sete milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e trinta e três reais e dez centavos) a empenhada e a liquidada R\$ 690.838.889,90 (seiscentos e noventa milhões, oitocentos e trinta e oito mil, oitocentos e oitenta e nove reais e noventa centavos) com a dotação atualizada até agosto de R\$ 1.090.921.230,80 (um bilhão, noventa milhões, novecentos e vinte e um mil, duzentos e trinta e três reais e oitenta centavos). Descreveu, ainda, que a diferença entre receita e despesa atualizada é o superávit do exercício anterior, que foi aberta a dotação orçamentária. Com relação à despesa por função, destacou a administração com uma liquidação de mais de R\$ 81.000.000.000,00 (oitenta e um milhões de reais), assistência social R\$ 14.000.000.000,00 (quatorze milhões de reais), saúde R\$ 318.000.000,00 (trezentos e dezoito milhões de reais), educação R\$ 222.000.000,00 (duzentos e vinte e dois milhões de reais), outros encargos R\$ 104.000.000,00 (cento e quatro milhões de reais), saneamento R\$ 68.000.000,00 (sessenta e oito milhões de reais) e urbanismo R\$ 53.000.000,00 (cinquenta e três milhões de reais). Informou que o resultado primário nada mais é do que o dinheiro que o governo consegue economizar, sendo aquilo que arrecada (menos as remunerações) comparado com o que gastou (menos os juros de empréstimos). Destacou que a receita primária é igual ao resultado primário e o saldo é o esforço fiscal usado para redução da dívida pública. Salientou que as receitas primárias correntes subiram de R\$ 620.000.000,00 (seiscentos e vinte milhões de reais) para R\$ 638.000.000,00 (setecentos e trinta e oito milhões de reais), a receita primária de capital houve uma redução e a receita primária total houve um aumento na apuração de R\$ 630.000.000,00 (seiscentos e trinta e dois milhões de reais) em 2017 para R\$ 743.000.000,00 (setecentos e quarenta e três milhões de reais). Destacou que o total da despesa primária até o momento empenhado é de R\$ 908.000.000,00 (novecentos e oito milhões de reais) e o liquidado R\$ 650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta e dois milhões de reais) e o

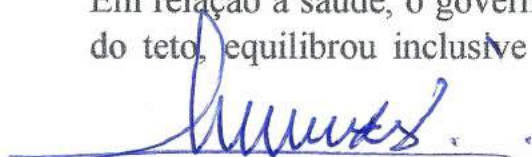


resultado primário apurado em relação ao empenhado é de menos R\$ 164.000.000,00 (cento e sessenta e quatro milhões de reais) em relação ao liquidado, tendo um valor de mais de R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais). Informou que o resultado primário previsto na LDO está acima com relação ao valor previsto na meta. Disse que o resultado nominal é o balanço entre as receitas totais e as despesas totais e corresponde à necessidade de financiamento do setor público e o resultado nominal equivale à variação total da dívida fiscal líquida no período. Informou que a dívida consolidada em 31 de dezembro somava R\$ 277.849.410,00 (duzentos e sessenta e sete milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e dezesseis reais) e a posição em 31 de agosto é de R\$ 240.810.395,80 (duzentos e quarenta milhões, oitocentos e dez mil, trezentos e noventa e cinco reais e oitenta centavos), comprovando aquele gráfico da despesa. Destacou que despesa com saúde no período até o momento em um total arrecadado para efeito de aplicação é de R\$ 570.146.000,00 (quinhentos e setenta e seis milhões, cento e quarenta e seis mil, e duzentos reais), chegando a 31,48% diante de um limite de 15%, portanto a aplicação em saúde está com um total de R\$ 67.516.062,04 (sessenta e sete milhões, quinhentos e dezesseis mil duzentos e sessenta e dois reais e quatro centavos) acima do valor mínimo que é de R\$ 61.463.000,00 (sessenta e um milhões, quatrocentos e sessenta e três mil reais). Com relação à educação diante da receita arrecadada para fim de aplicação é de R\$ 570.140.200,00 (quinhentos e setenta e seis milhões, cento e quarenta mil e duzentos reais) com um limite de 25% ainda não alcançado, faltando aplicar a diferença de R\$ 22.572.199,18 (vinte e seis milhões, quinhentos e setenta e dois mil, cento e noventa e nove reais e dezoito centavos), o percentual aplicado até o momento foi de 18,52% e vale ressaltar que essa apuração é feita com base na liquidação, assim como saúde e o empenhamento da despesa até o momento já ultrapassaram os R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) estando na faixa de 27%. Ressaltou que a despesa com pessoal apurada até o período com a despesa bruta é de R\$ 520.814.859,59 (quinhentos e vinte milhões, oitocentos e quatorze mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e sete centavos), praticamente a metade do orçamento e uma despesa líquida para a base de cálculo de R\$ 412.158.104,65 (quatrocentos e doze milhões, cento e cinquenta e oito mil, cento e quatro reais e sessenta e cinco centavos) chegando ao valor de 44,37% abaixo do limite de alerta estabelecido pelo TCE de 48,60% e abaixo do limite prudencial que é o limite legal da Lei Complementar 1015130. Descreveu que a dívida consolidada caiu parte de um valor de R\$ 277.849.416,00 (duzentos e

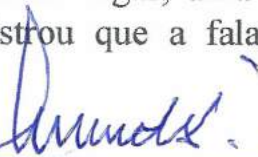
sessenta e sete milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e dezesseis reais) em 31 de dezembro e foi reduzida para R\$ 240.810.395,80 (duzentos e quarenta milhões, oitocentos e dez mil, trezentos e noventa e cinco reais e oitenta centavos), R\$ 27.000.000,00 (vinte e sete milhões de reais) de dívidas já pagas no período e essas dívidas não são somente de 2017, mas de anos anteriores. Narrou, ainda, que temos o limite da Lei Complementar 101, onde a dívida líquida é de 14,19% com base na receita corrente líquida, a dívida bruta 25,93% e o limite para a dívida é de 120% da receita corrente líquida, estando bem abaixo do limite. Agradeceu a atenção de todos, ressaltando que esses dados apresentados são contabilizados pelo sistema Emac Contábil e as informações são cadastradas no sistema do Tribunal de Contas que é o SIGFIS, o sistema oficial para efeito da LRF do Estado do Rio de Janeiro. Registrou-se a presença do Vereador Fred Procópio. A seguir, o Presidente passou a palavra ao Controlador Geral, Senhor **Fábio**, que agradeceu a presença do Vereador Fred Procópio e de todos os presentes. Informou que o município quando foi assumido por essa nova gestão, em janeiro de 2017, enfrentou um grande problema no que se refere à folha de pessoal, já tínhamos uma previsão de ter ultrapassado todos os limites da LRF e frisou que foi feita a reforma administrativa que reduziu cargos comissionados na atual gestão e em razão das medidas tomadas por esta Casa Legislativa e pelo governo Bernardo Rossi conseguimos retomar um equilíbrio das contas públicas no que se refere ao gasto de pessoal. Informou que esses números que foram apresentados de 44,37% de despesa de pessoal é um número para a gente continuar ainda equilibrando as contas públicas, que tem uma despesa imensa e precisa retomar sua capacidade de investimento e alguns dados ainda preocupam nesse equilíbrio, como o nosso FPM (Fundo de Participação do Município) que está sendo muito bom esse ano pelo trabalho que foi feito na Fazenda, mas no próximo ano, em razão da arrecadação dos royalties que está aumentando no Estado, em função do aumento do petróleo, alguns municípios que têm a maior participação dos royalties deve aumentar se não para o próximo ano, mas para 2020 a sua participação no FPM, o que reduz a nossa participação de receita e vimos que o ICMS é uma das maiores receitas de arrecadação, portanto é preciso esse equilíbrio sobre a despesa de pessoal, continuar atento e ser mantido, efetivamente, esse controle sobre a despesa de pessoal. Registrou que esse número tem que ser visto como uma vitória desta Casa juntamente com o governo Bernardo Rossi, mas é preciso ter esse cuidado com a despesa de pessoal, porque ainda existe outro fator que precisamos ficar atentos, que é o aumento de gastos do INPAS que vai impactar na folha em razão das



aposentadorias que vêm ocorrendo, portanto não podemos perder esse número de vista. Parabenizou toda equipe econômica do governo e o auxílio que foi dado por parte desta Casa Legislativa e também pelo governo do Prefeito Bernardo Rossi. Com relação à educação, disse que hoje estamos com 18,52%, mas devemos atingir os 25%, porque o índice de cálculo do TCE, pelo que parece, será mantido de empenhamento e esse só apresenta os números em 31 de dezembro, portanto vamos atingir a meta do município, mas para o próximo ano teremos que reestruturar toda a nossa programação em termos de controle, porque o Tribunal passará a adotar em 31 de dezembro de 2019, quando fechar o exercício de 2019, o sistema de liquidado. Disse que a merenda escolar tem sido uma prioridade do governo desde janeiro de 2017. Agradeceu a oportunidade em poder estar mais uma vez nesta Casa Legislativa. Parabenizou o Presidente da audiência, Vereador Wanderley Taboada, que sempre preside com muita ponderação e cuidado com os números e com todas as contas públicas do nosso município. O Presidente da Audiência agradeceu as palavras e também a presença do Vereador Fred Procópio que chegou a esta Casa nesta semana e narrou que é um orgulho para os Vereadores. A seguir, o Presidente passou a palavra ao Vereador **Fred Procópio**, que registrou a alegria em poder estar na presença de todos os amigos do Executivo. Registrou que recebeu o relatório de 2016, das contas da gestão anterior, e parece que veio com uma série de apontamentos do TCE tendo em vista o teto do gasto com pessoal. Destacou que fica feliz em ver no relatório aqui apresentado que conseguiu ser equilibrado, fruto de todo o esforço que foi preciso fazer para enxugar a despesa com pessoal. Disse que parece que os investimentos com saúde e educação, diferentemente do que a gente escuta nas ruas, foram bem maiores do que o mínimo que a legislação prevê. Questionou se é isso mesmo que acontece... O Senhor **Fábio** esclareceu que o investimento em educação está dentro do equilíbrio dos 25%, talvez chegue a 27%, e isso significa que se a gente tem uma arrecadação de um bilhão é como se tivesse investido R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) do orçamento na educação, talvez um dos melhores níveis de educação do Estado do Rio de Janeiro, senão o melhor, e isso não só pelos números do IDEB, mas também pela merenda. Destacou que existem escolas em tempo integral que, efetivamente, recebem cinco refeições por dia, cerca de 42.000,00 (quarenta e dois mil) alunos sendo atendidos. Registrou que tem sido feito um trabalho muito responsável por parte do governo que tem sido fiscalizado por esta Casa. Em relação à saúde, o governo vem fazendo um investimento muito acima do teto, equilibrado inclusive usando os recursos de maneira mais eficaz,

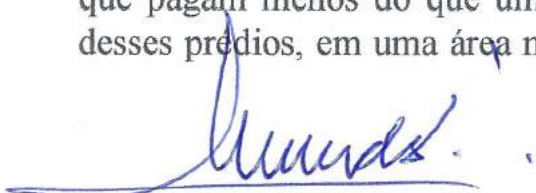


porque usava quase 50% dos recursos da saúde e não tinha a mesma eficácia, o limite é de 15 e está sendo utilizado 31%, mais do que o dobro que está investindo, do que é obrigatório e conseguiu dar mais efetividade, haja vista os atendimentos que têm sido feitos pelo SEHAC, que acabou zerando várias filas de atendimento no município e colocou o tomógrafo para funcionar. Disse que o investimento que tem sido feito é mais do que a lei permite e tem se buscado investir com eficácia e eficiência o valor tanto da saúde como o da educação. Informou que vários alunos foram medalhistas na Olimpíada Brasileira de Matemática (OBM). O Presidente passou a palavra à Senhora **Elaine**, que informou que a Secretaria de Fazenda vem se empenhando e que tem duas vertentes, equilibrar a área financeira do município e buscar uma melhor arrecadação do município como um todo. Disse que hoje a prioridade da gestão do governo é a folha, os serviços essenciais e como bem falou o Senhor Fábio com relação à educação nossa rede é muito maior do que a de muitos municípios. Destacou que no ranking de investimento hoje estamos em primeiro lugar com a saúde, onde o município tem um gasto muito superior ao mínimo, inclusive com demandas judiciais de bloqueios. Registrou que a qualidade da saúde do município faz com que outras pessoas venham a utilizar a da nossa cidade. Destacou que em segundo lugar vem a educação e terceiro a folha de pessoal. Alertou que várias cidades estão com problemas nas folhas de pagamento. Relatou o investimento que a Secretaria e a Prefeitura têm feito para melhoria da arrecadação realizando convênios e não tem como falar em aumento de arrecadação sem falar em melhoria de estrutura e investimento pessoal. Assinalou que é preciso realizar concurso público para fiscais, pois hoje existem somente três na ativa e Petrópolis com a capacidade produtiva que tem é preciso investir em pessoas e estrutura e assim melhorar a arrecadação, a estrutura e poder fornecer ao contribuinte os serviços que são essenciais como saúde, educação, saneamento básico e dar o melhor com responsabilidade. Agradeceu pela oportunidade de estar nesta Casa mais uma vez. O Presidente passou a palavra ao Vereador **Fred Procópio**, que informou que participou de uma apresentação do Prefeito de Manaus, Arthur Virgílio, e ficou chocado quando disse que existem somente cinco creches. Destacou a capacidade da nossa cidade, uma Região Serrana, em tamanho da rede, possuindo várias creches. Registrou que temos que melhorar sim, alguns bairros que precisam de creche e sabemos que o governo irá avançar nessa questão. Agradeceu ao empenho do Prefeito pela creche que será aberta no Vicenzo Rivetti com mais duzentas vagas, uma demanda antiga do bairro que agora será atendida. Registrou que a fala da Secretária de Fazenda foi bem esclarecedora,

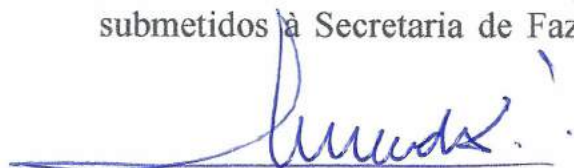


porque dá segurança para todos de que os serviços básicos, mesmo diante de todo esse cenário, vão conseguir tocar até o fim. Informou que é preciso esperar que possamos receber a equipe aqui para que faça uma previsão de 2019 mais otimista do que essa. A seguir, a Secretária **Elaine** disse que a Fazenda pensa em planejamento e execução financeira do município, assim como o futuro, o que algumas legislações vão mudar. Disse que a lei da reforma tributária está sendo muito falada e já estão fazendo um estudo em relação aos prestadores de serviços, porque o município não vai ter mais autonomia em relação à fiscalização e controle das empresas a não ser na legalização da empresa para funcionar. O Presidente, Vereador **Wanderley Taboada**, disse que uma coisa interessante que tem que colocar é sobre a reforma administrativa e este Vereador acha que ela teria que ter sido mais redutiva, porque vemos hoje muitas chefias para pouco trabalhador. Registrou que a época conversou com o Prefeito, dizendo que era para reduzir. Falou, ainda, que existe tempo para essa redução, enxugando cada secretaria da necessidade, porque hoje a maior necessidade de se arrecadar, estão nos grandes erros dos governos que se foram, que foi a questão da fiscalização. Insistiu que existem poucos fiscais nas Secretarias de Obras e de Fazenda. Destacou o grande número de obras irregulares, vários processos que o Senhor Ernani está tendo dificuldades de colocar para andar, pois qualquer coisa é motivo de encostar. Falou nas prateleiras existe muito dinheiro, muito a se arrecadar e registrou que a fiscalização do IPTU para este Vereador não existe, uma vez que têm vários imóveis feitos e não foram lançados com imposto até hoje, construídos sem legalidade. Apontou que quando votou a reforma aqui nesta Casa foi contra votar em bloco, pois entende que os Vereadores tinham que discutir item por item, justamente para corrigir as coisas erradas que existem nas administrações. Indagou que conhece prédio com dez apartamentos e esses não pagam o imposto, além de várias casas escondidas no meio desses matos. Questionou por que não fazem esse trabalho de campo... Disse que se existe uma boa equipe de fiscal vai a pé, para o carro em uma rua e faz o levantamento. Afirmou que quando contrata empresas nunca dá certo, não acontece aquilo que a gente precisa. Apontou que a arrecadação de IPTU em Petrópolis poderia ser o dobro ou mais e sem precisar cobrar um imposto extorsivo. Informou que é uma vergonha ter somente três fiscais na Secretaria de Fazenda, pois em outros mandatos havia cerca de dez. Questionou por que não saem às ruas procurando os imóveis que não estão lançados... Disse que conhece casos em que a pessoa possui mais de sessenta imóveis na sua região e que não paga IPTU e é fácil de pegar. Alertou que se contratam grandes empresas e não resolvem, gastando dinheiro excessivo sem ter retorno. Anotou que

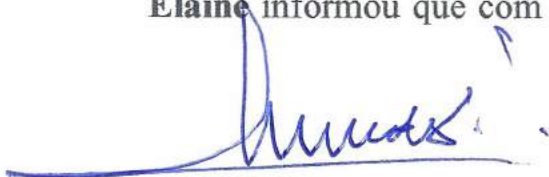
sempre participou da Comissão de Finanças e Orçamento e sempre reclamou sobre essa situação da Prefeitura não olhar. Apontou que a Secretária de Fazenda tem que fazer mágica, não pode dar um aumento para o funcionário, porque não tem como pagar e na área da saúde o SUS é uma vergonha na hora de pagar, sendo vítimas das cidades ao entorno. Citou o caso do Hospital Alcides Carneiro onde havia oito pessoas da Baixada que fizeram cirurgia aqui e este Vereador acha que a Prefeitura deveria ter um dispositivo de mandar essa conta para o município de onde a pessoa veio, sabendo que não pode negar o atendimento, mas também não podemos arcar com esse ônus que a cidade recebe de acordo com a população, sendo a hora realmente de começar a mostrar ao Prefeito. Ressaltou que tem que abrir concurso o mais rápido possível e colocar fiscal na rua para que as coisas possam fluir e também que a Secretaria de Obras possa andar. Falou, ainda, que é motivo de orgulho saber que a nossa cidade tem uma educação em um âmbito de cento e oitenta e três escolas, mas tem que haver a contrapartida. Pediu desculpas pelo seu desabafo e está fazendo isso como um colaborador. Registrou que a reforma não foi como deveria ser, sendo preciso enxugar a máquina o tanto necessário para melhorar. Citou os abusos que tinham na educação (ETJ) eram vergonhosos e este Vereador achou que houve apenas uma falha no cálculo, pois estabeleceram base do salário do Estado e tinham que estabelecer a base salarial daqui para as horas extras. Colocou que o município hoje não está tendo uma condição real de planejar obras, a não ser que venha a mão caridosa de Brasília para se conseguir verbas. Expôs que está querendo somar com a cidade. A Secretária de Fazenda, Senhora **Elaine**, disse que com relação ao IPTU foi muito bem colocado pelo Vereador e registrou que a Fazenda hoje, com a parceria da Coordenadoria de Planejamento, possui uma equipe com o sistema administrado pelo município, conseguindo o cadastro georreferenciado da ENEL, onde identificamos cinquenta e nove mil unidades divergentes do nosso cadastro de IPTU e já temos uma equipe que foi contratada por uma empresa de campo supervisionada por um fiscal que tem feito todo o levantamento já mapeando isso para conseguirmos começar a fazer as notificações e os lançamentos desses imóveis que estão hoje até o presente momento sem nenhum lançamento. Afirmou que hoje é cobrado dos imóveis edificadas e não edificadas quase 100.000 (cem mil) e foram identificados 50.000 (cinquenta e nove mil) relógios sem edificação. A seguir, o **Presidente** registrou os lançamentos de IPTU no passado, onde, hoje, existem prédios que pagam menos do que um "barraco" no alto do morro, onde o IPTU desses prédios, em uma área milionária, é muito menor em relação do que



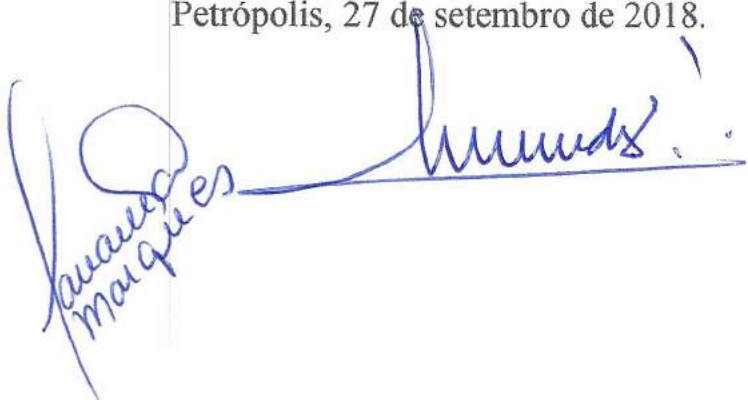
este Vereador paga no seu prédio em Pedro do Rio. Registrou uma queda enorme na venda de imóveis. A Senhora **Elaine**, com a palavra, disse que temos que realmente rever a legislação do município, fazer uma revisão do Código Tributário, rever conta genérica, fazer uma cobrança justa e igualitária para todos. O **Presidente** passou a palavra ao Vereador **Fred Procópio**, que explicou o procedimento que realizou na Secretaria de Meio Ambiente para melhorar o corpo técnico sem inchar a despesa com pessoal. Informou que quando chegou lá havia 4 (quatro) técnicos de licenciamento, 1.800 (um mil e oitocentos) processos nos armários e um fiscal para a cidade inteira, entendendo nos primeiros trinta dias os processos, o trâmite e o passivo que tinha. Disse que quando chegou a reforma administrativa sentou com o Fábio e a época com o Rizzo, com o Renan e, em uma segunda ocasião, com o Prefeito e disse que precisava converter os cargos administrativos da secretaria para cargos técnicos e o Prefeito prontamente atendeu. Informou que a secretaria conta com 10 (dez) técnicos de licenciamento, a fila dos processos zerou, tudo que entra tramita no tempo certo e a licença sai entre 2 (dois), 3 (três) meses no máximo. Citou, como exemplo, uma cervejaria artesanal onde a licença demorou 4 (quatro) anos. Relatou que a secretaria saiu de um fiscal para 3 (três) e hoje opera com drone, mas tudo com muita dificuldade, porque pegamos um momento financeiro caótico. Afirmou, ainda, que sua preocupação era de conseguir manter o equilíbrio da folha e ainda sim trazer as pessoas técnicas que a gente precisa. Informou que a secretaria vai receber mais 2 (dois) engenheiros civis e isso já havia pedido desde outubro do ano anterior e quando chegou às mãos do Fábio ele disse que não dava, que era para esperar até janeiro, tendo solicitado novamente em janeiro, quando começaram a trabalhar nisso, fazendo o cálculo e quando viram que encaixava chamaram mais 2 (dois) engenheiros, então até para trazer alguém do concurso que já foi feito fizemos de forma responsável. Lembrou que se deparou com alguns trâmites processuais e com a questão que todos se perguntam quando uma pessoa constrói uma casa em uma área de reserva, de mata, perto de um rio, de uma cachoeira, uma área irregular. Registrou que graças ao Ministério Público, a ENEL já não pode mais fazer as ligações automaticamente, tendo que passar pela Secretaria de Meio Ambiente, só que ao passar pela secretaria é uma auto-declaração da pessoa de que possui uma casa em um lugar que o município desconhece. Quando viu aquela pilha de processos foi lá e fez as vistorias, respeitando o princípio da dignidade das pessoas, o princípio constitucional, viu o que era possível, o que era viável, e o que não era foi indeferido, mas todos foram submetidos à Secretaria de Fazenda, para que possa colocar no banco de



dados que existe a casa do senhor fulano em uma área que não teve vistoria, porque está longe de tudo. A sua torcida para que esse georreferenciamento saia logo, que essa licitação seja bem sucedida, já que há um déficit muito grande, e o município precisa, independente de arrecadar ou não, entregar para essas pessoas o mesmo serviço de quem paga o IPTU. O **Presidente** passou a palavra ao Senhor **Fábio** que agradeceu e fez que as considerações do Presidente são, totalmente, pertinentes e é importante esclarecer para a população sobre o trabalho que vem sendo feito com muita responsabilidade. Por algum motivo não chamaram os concursados na gestão anterior, deixando o município em situação precária até nessa parte de fiscalização, acumulando um trabalho imenso de não arrecadação. Na realidade, prestou-se um desfavor a Petrópolis. Não é o caso atual governo que, com responsabilidade, vem chamando os concursados. Disse que no que se refere à questão do IPTU temos que ter outro elemento em consideração, com esse acúmulo de gestões anteriores que não fizeram o dever de casa, acumulamos 59.000 (cinquenta e nove mil) imóveis que não estão cadastrados no nosso banco de dados e ainda que a gente contrate mais fiscais tributários dos concursos anteriores não vamos conseguir nos próximos anos fazer esse trabalho. Destacou que nesse momento é importante o georreferenciamento, porque ele vai ajudar a acabar com esse déficit de tempo, reduzir esse ônus que foi deixado por gestões anteriores e o outro fator é que o próprio Tribunal tem mandado desconfigurar as alíquotas ou a base de cálculo quando você não tem o trabalho técnico do georreferenciamento. Infelizmente, entramos em uma situação do País em que para além do Executivo legitimamente eleito, empossado, outras instituições se deram por administrar o município, ninguém quer assinar e se responsabilizar, mas todo mundo quer administrar e aí o município faz o seu trabalho e alguém diz que o trabalho tinha que ter sido feito por georreferenciamento. O governo tem buscado, pela legalidade, consertar exatamente essas falhas que o Vereador colocou muito bem, que são dos imóveis não lançados e que pagamos pelos serviços deles mesmo eles não pagando como coleta de lixo e IPTU. Ressaltou que na área da educação foram chamados 82 (oitenta e dois) profissionais neste ano. O **Presidente** disse que tem que acabar com esse RPA que é uma vergonha, uma questão que vai complicar a vida de muitas diretoras. O Senhor **Fábio** disse que a lei da terceirização foi votada pelo STF como constitucional e aprovada essa semana pelo Presidente Temer, que tem 180 (cento e oitenta) dias de vacância e que vai ajudar a ver qual o melhor caminho para o município, onerando o menos possível. A Senhora **Elaine** informou que com relação aos concursos públicos, o pensamento é



de investimento e existe um tripé que são as pessoas, a tecnologia e a capacitação e que precisa realmente ser feito, exemplificando a Cidade de Niterói que cresceu na arrecadação. O Presidente da audiência, Vereador **Wanderley Taboada**, disse acreditar que o tema foi bem debatido. Disse que a Câmara sabe que estamos enfrentando uma barreira de péssima administração passada e para corrigir isso demora um pouco. Finalizou, dizendo que sempre estará lutando em prol do seu município. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a Audiência Pública às onze horas e vinte minutos. E eu, Janaina Marques, escrevi esta para constar e assino. Petrópolis, 27 de setembro de 2018.

 Janaina Marques

 Wanderley Taboada